

Espaço aberto

Um objetivo frustrado

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES

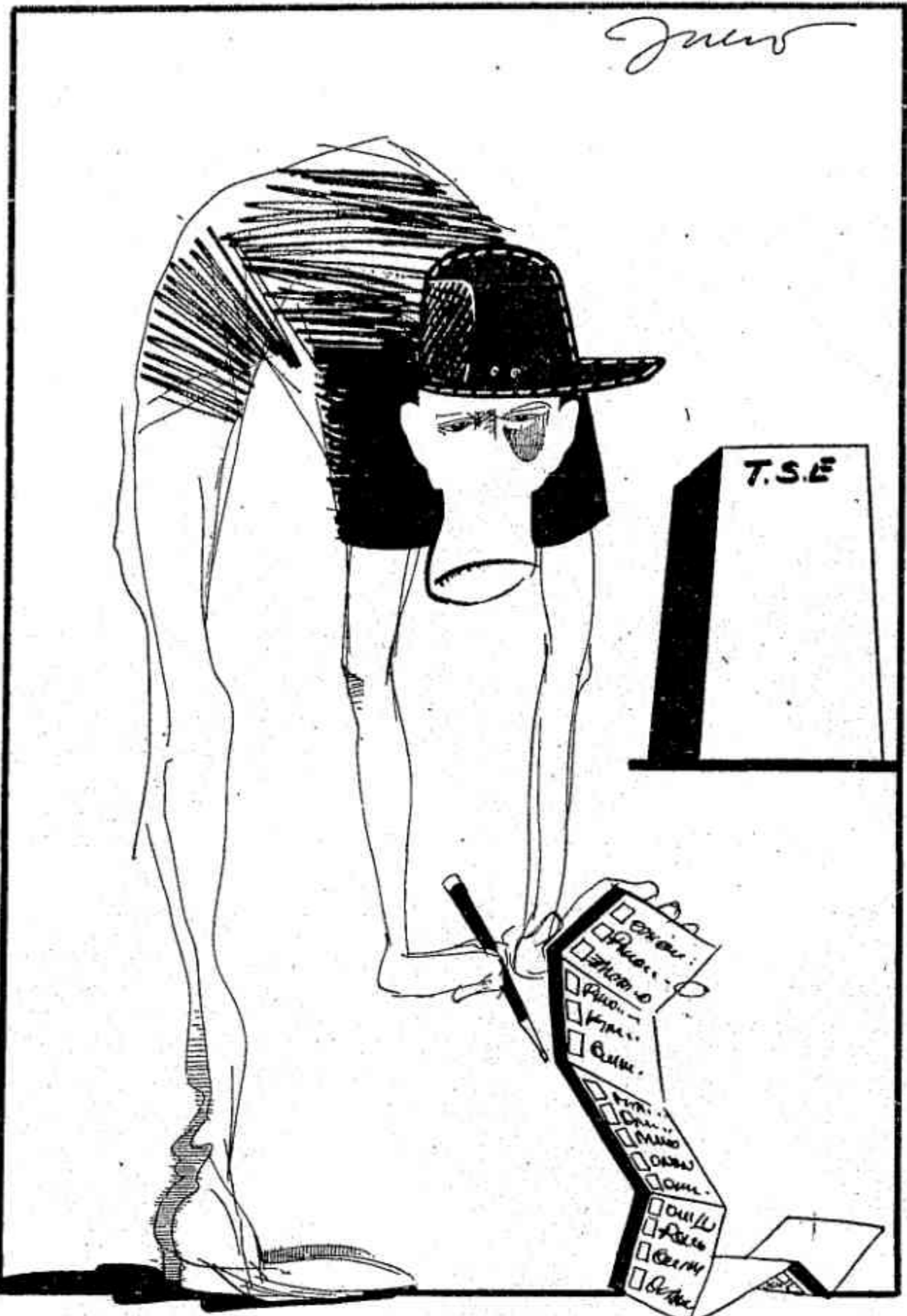


Collor, com 28%; Lula, com 16%. Qualquer que seja o resultado final, teremos alguém, na Presidência da República, rejeitado por mais de dois terços do eleitorado, se contarmos apenas os votantes, e por cerca de 80%, se incluirmos as abstenções. O resultado será um presidente com fraca base de apoio popular, pois terá sido escolhido por ter sido considerado, pela grande maioria do eleitorado, como o **menos ruim**, e não como o **melhor**.

Do ponto de vista da governabilidade do sistema, ou mais precisamente do funcionamento de um sistema presidencialista com um Congresso provido de grandes poderes, mas sem a responsabilidade do poder, as perspectivas não são risonhas. O futuro presidente não terá nem uma forte bancada parlamentar nem a legitimidade do apoio popular. Reforça esse quadro a ausência de propostas claras de governo por parte dos candidatos, permitindo que o voto refletisse a preferência do eleitor por opções mais programáticas, um pouco mais a favor de alguma coisa do que simplesmente de oposição ao status quo.

Collor tratou apenas de explorar a imagem do "novo", o anti-Sarney, da "moralização". Brizola escondeu seus planos de governo (supondo-se que os tinha), apelando mais para o emocional do que para o racional. Já o PT, no horário gratuito, e nos debates pela televisão, pôs em surdina seu socialismo e os aspectos mais radicais de seu programa, reservados para os seus militantes nos comícios.

Talvez, para se ganhar uma eleição, no Brasil tenha de ser assim mesmo. Mas vem daí que não se possa dizer que os candidatos que vão para o segundo turno tenham recebido, de seus eleitores, um claro man-



dato em favor de um determinado projeto de governo. A introdução de um segundo turno no sistema eleitoral brasileiro significou uma tentativa de aperfeiçoamento do mecanismo de escolha dos candidatos aos cargos executivos. Contudo, esse esforço no sentido de conferir maior autoridade ao eleito foi apenas parcialmente atingido.

Como há muito havia observado Maurice Duverger, a **ballotage**

tem sido um dos fatores históricos que favoreceram o pluripartidarismo. Assim tem sido em outros países. No caso brasileiro, a instituição do segundo turno foi acompanhada de dois outros fatores que estimulam o aparecimento de um número incrívelmente alto de partidos, ou pseudopartidos: a legislação eleitoral e o horário gratuito. A legislação, muito flexível, possibilitou o registro de numerosos candidatos que apenas "se candidataram" para aproveitar o

horário gratuito e se popularizar, preparando-se assim, para futuras eleições com muito pouco gasto. Conseqüentemente, multiplicaram-se os candidatos e as mensagens, confundindo a parte menos informada do eleitorado e fazendo com que os votos se fragmentassem entre múltiplos candidatos.

Até então, em nosso País desde 1945, em todas as eleições presidenciais, a disputa sempre ficou restrita a dois ou três candidatos: Dutra (com 55% dos votos) e o brigadeiro (35%) em 1945; Getúlio (49%), o brigadeiro (30%) e Cristiano Machado (22%), em 1950; Juscelino (36%), Juarez (30%) e Ademar (26%), em 1955; e Jânio (48%), Lott (28%) e Ademar (23%), em 1960. Nessas eleições anteriores a 1964, a instituição do segundo turno teria sido efetivamente útil, com o eleitorado do **tertius** aliado da disputa final assumindo o papel de juiz.

Essas considerações não de destinam a reforçar qualquer tese favorável à mudança das atuais regras do jogo, nem tampouco a deslegitimizar quem for eleito a 17 de dezembro. Porém, a fim de que a regra do segundo turno possa efetivamente atingir as finalidades que orientaram sua implantação, se torna necessário pensar numa legislação eleitoral mais rigorosa com os pseudopartidos ou, então, se se mantiver uma legislação tolerante, que se elimine o horário gratuito. Assim, ao se aumentar os custos de uma campanha, apenas os partidos que efetivamente representem correntes significativas da opinião pública teriam condições de competir. Com uma dessas medidas, o processo eleitoral ganharia mais transparência e seriedade, fazendo com que, num eventual segundo turno, o eleitorado pudesse escolher entre dois candidatos que tivessem obtido uma proporção significativa de votos já no primeiro turno.

Leonicio Martins Rodrigues é professor titular de Ciências Políticas da Unicamp e da USP e pesquisador do Colégio

Torna-se necessária uma lei eleitoral mais rigorosa

CARLOS ALBERTO DE BRAGANÇA PEREIRA

Temos notado uma verdadeira guerra entre os institutos de pesquisa, principalmente no último pleito eleitoral. Parece-me que muitos interesses estão atrás dessa guerra. Meu objetivo, aqui, no entanto, não é entrar no mérito desse embate, mas tentar alertar o público para algumas declarações vazias e inúteis que se têm feito ultimamente.

Certa vez, o candidato Mário Covas disse: "Pesquisa é matemática. Aliás, é muito mais, é estatística e, portanto, não se discute". Meus colegas tucanos matemáticos não gostaram, pois descobriram que o candidato deles os julgava inferiores a nós, estatísticos. O Lula disse que "estava cientificamente provado" que ele estava no segundo turno. Eu não gostei por causa de minha preferência por seu mais direto concorrente. Um diretor de jornal, que possui um instituto de pesquisa, afirmou que poderia provar cientificamente que seu instituto estava correto nos números apresentados na edição de seu jornal, que davam a vitória do Lula. E ficou muito triste ao receber ontem a prova direta, a totalização do TSE de que seus números estavam errados.

É evidente que candidatos gostam de usar frases de efeito, mesmo que sejam vazias. Mas não sei como explicar a afirmação do outro cidadão. Não acredito que estatística seja ciência. A meu ver, estatística é uma disciplina, ou mesmo área de conhecimento, dedicada a desenvolver métodos de inferência sobre quantidades de in-

Prévia eleitoral

teresse na presença de incerteza. Vou me restringir ao caso específico da eleição do dia 15 de novembro, em que as quantidades de interesse eram os percentuais de votos dos candidatos Lula e Brizola.

Antes de se contar todos os votos, os exatos valores desses percentuais, evidentemente, eram desconhecidos. Muitas pesquisas de opinião, de boca-de-urna e, finalmente, dos mapas parciais no decorrer da apuração foram feitas. Metodologias distintas foram usadas e estimativas, obtidas. Na pesquisa de opinião levada a efeito antes do pleito, o pesquisador tem completo controle sobre o tipo de indivíduo que deseja na sua amostra estudada. Nos outros dois tipos de pesquisa, as amostras são auto-selecionadas. Esta foi a razão, acredito, que fez com que alguns institutos optassem apenas pelo primeiro tipo de pesquisa.

Na boca-de-urna, normalmente, o pesquisador não tem o poder de seleção por classe social. O máximo que pode controlar é sexo e aparência, sendo este último um fator subjetivo. Na pesquisa de mapas parciais de apuração, a amostra é obtida independentemente do pesquisador, não tendo este nenhum controle sobre a seleção da amostra. Em qualquer desses três tipos de pesquisa, após a amostra ser efetivamente observada, o pesquisador não poderá fazer afirmações sobre a qualidade da amostra.

O tamanho do erro é que qualifica a pesquisa

Amostra boa é aquela que produz uma estimativa bem próxima do verdadeiro valor, desconhecido, da quantidade de interesse. Isto faz com que todo o método estatístico razoavelmente bem desenvolvido apresente uma avaliação do erro que uma estimativa pode produzir. Este erro, normalmente, não é percebido pelo público. De posse do erro se definem intervalos que, com grande confiança, deverão conter o verdadeiro valor da quantidade desconhecida. O que se pode concluir é que alguns métodos (nem todos) são construídos em bases científicas. Contudo, sobre uma estimativa produzida por um desses métodos, a única afirmação científica que se pode fazer é que a estimativa certamente é diferente do verdadeiro valor da quantidade de interesse. Isto é, cientificamente, os números obtidos nas pesquisas estão errados.

O tamanho do erro é que qualifica a pesquisa. O fato de se afirmar, antes da totalização do TSE, que Lula ficaria na frente de Brizola não qualifica um instituto, pois todos os petistas do Brasil haviam feito esta previsão sem necessidade de pesquisa alguma. Ao usar meu coração, minhas previsões indicavam Brizola na frente de Lula. Ao usar as totalizações por região apresentadas pela **Globo** no dia 16, e usando uma simples regra de três, Lula estava na frente por 16 a 14. Finalmente, usando uma análise mais detalhada das abstenções, dos votos por Estado, por capital e interior, não pude concluir nada até domingo. Note-se que toda essa documentação diz respeito à própria sociedade.

não 16 a 15, como o indicado em outro jornal.

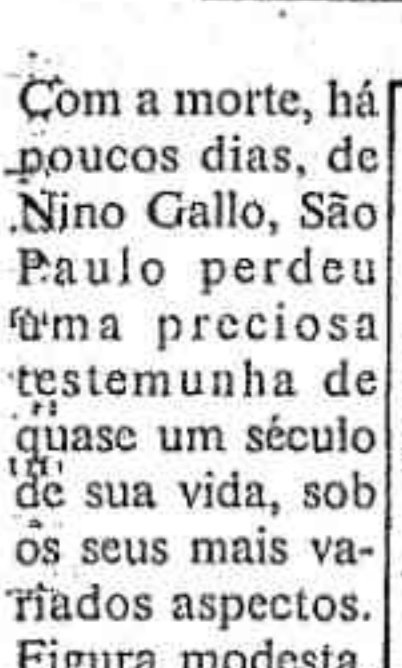
Com assessorias estatísticas competentes, os dois candidatos só se pronunciaram após 90% dos votos computados. Por ironia do destino, o instituto que produziu projeções mais próximas da totalização dos votos dos dois candidatos foi justamente aquele que indicou a vitória de Brizola sobre Lula. Quem menos errou, tecnicamente, foi justamente quem mais errou em termos promocionais.

Gostaria de salientar que uma metodologia construída em bases científicas sólidas pode produzir projeções muito longe dos verdadeiros valores, embora isso, ocorra com uma chance muito pequena. A única prova de que uma projeção seja boa ou ruim é o resultado final de um pleito. Não é possível provarmos que as pesquisas efetuadas durante este ano tenham sido ou não manipuladas. No entanto, a divulgação de pesquisas pode influenciar a opinião pública. Talvez seja importante se manter um controle sobre as pesquisas divulgadas. A minha sugestão é que todo instituto de pesquisa, que de se deseja divulgar seus resultados, deve ser obrigado a fornecer a qualquer interessado toda a documentação que o levou a aqueles resultados. Na verdade, isto funcionaria como um **habeas-data** da sociedade. Note-se que toda essa documentação diz respeito à própria sociedade.

Carlos Alberto de Bragança Pereira é professor-adjunto do Instituto de Matemática e Estatística da USP e presidente da Associação Brasileira de Estatística

Nino Gallo

JOSÉ E. MINDLIN



Com a morte, há poucos dias, de Nino Gallo, São Paulo perdeu uma pessoa de uma importância preciosa. Nino Gallo foi um homem de quase um século de vida, sob os seus mais variados aspectos. Figura modesta, que nunca teve a preocupação de se projetar, foi, no entanto, participante de uma série de eventos que marcaram a vida paulista, no campo político, econômico, jornalístico, cultural, artístico, e até mesmo boêmio. Em seus 90 anos acompanhou de perto o surgimento, a evolução, a culminância e a decadência dos principais grupos empresariais providos da imigração italiana, por sua amizade pessoal com os fundadores e seus descendentes.

Ligado a Mário de Andrade,

Rubens Borba de Moraes, Paulo Duarte, Oswald de Andrade, Sérgio Milliet e outros elementos da juventude modernista dos anos 20, tomou parte na organização da Semana de Arte Moderna e, posteriormente, do Departamento de Cultura, para o qual assegurou o apoio de seus grandes amigos Fábio Prado e dona Renata Crespi Prado. Através de sua amizade com Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, foi por muitos anos "sapo" da redação do **Estado**, acompanhando de perto o papel do jornal na Revolução de 30 e 32, e solidário nas peripécias do tenebroso período do Estado Novo.

Foi pioneiro das mostras industriais de São Paulo no Parque da Água Branca, que, aliás, lhe proporcionaram recursos para um pioneiro empreendimento imobiliário na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, quando lá se chegava somente de barco. Durante a II Guerra Mundial, trabalhou na Coordenação da Mobilização Econômica, convivendo com João Alberto, e dele apresentando uma imagem muito diferente

daquela que as paixões da época haviam fixado na opinião pública.

Artífice da doação do Solar Fábio Prado à Fundação Anchieta, da qual foi um dos primeiros curadores, presidiu depois o Conselho da Fundação Crespi Prado, dirigida desde a sua instituição por José Bonifácio Coutinho Nogueira. Nesse cargo, empenhou-se por mais de 15 anos para assegurar que a preciosa coleção de arte deixada por dona Renata à fundação que tem o seu nome retornaria a seu lugar de origem. E desses paradoxos da vida brasileira — uma coleção dessa importância ficou encaixotada, por não a querer acolher a instituição que recebera como doação de prédio onde ela estivera primitivamente instalada. Foi essa, aliás, a última batalha das muitas que Nino Gallo travou por uma série de boas causas — conseguiu que o governo do Estado de São Paulo, a Secretaria de Cultu-

ra e a própria Fundação Anchieta, aprovassem um convênio com a Fundação Crespi Prado para que, no atual Museu da Casa Brasileira, seja também instalada a coleção Crespi Prado, finalmente dotando São Paulo de mais um importante acervo.

Tudo isso, entretanto, revela pouco do que foi a real personalidade de Nino Gallo — um homem simples, de irradiante simpatia, espírito jovem, interessado pelos problemas brasileiros, colaborador assíduo da seção **Dos Leitores** do Estado, onde, com irreverência e lucidez, denunciava mazenias e formulava sugestões, amigo desinteressado que era, tanto de poderosos como de gente humilde, sempre conservando total independência de espírito.

Quem não teve o privilégio de conviver com ele, não sabe o que perdeu. Espero que esta nota ajude ao menos a tornar conhecida, como merece, uma figura incomum, que, modestamente, sempre ocultou o seu próprio valor.

José E. Mindlin é presidente da Metal Leve e bibliôfilo

do

Dos leitores

Noite dos cristais

Os horrores da noite dos cristais estão completando 51 anos. É necessário que a imprensa dê maior destaque à triste comemoração, para garantir que o racismo e a hostilidade contra qualquer povo nunca mais ocorram. O infausto acontecimento teve lugar em 9 de novembro de 1938, na Alemanha, quando grupos de choque nazistas massacraram judeus e destruíram suas casas e propriedades, inflamados pelo fanatismo cego e insano.

O inacreditável episódio ficou conhecido como **Noite dos cristais**, devido aos cacos das vitrines de lojas de comerciantes judeus deprezadas. Quase mil judeus foram mortos e 195 sinagogas destruídas. Os sobreviventes foram arrastados posteriormente aos campos de concentração, para fortalecer a ditadura do conhecido paranoico. Este é sem dúvida o exemplo mais trágico do que pode acontecer à Humanidade quando não orientada pela razão.

Os judeus foram impedidos até mesmo de emigrar para outros países, não obstante os esforços do presidente Franklin Roosevelt. As nações se sentiram intimidadas pelo fanatismo político-racial do Führer. E a conferência de Evian, que teria como pretexto salvar os judeus, não se realizou. Era o prelúdio do Holocausto. Antônio Saturnio, Capital

Cumprimentos

Apresento congratulações ao jornalista Mauro Chaves pelo seu artigo **Sete homens de bem**, publicado no Estado (página 2), no dia 9 de novembro. Ele disse tudo em poucas palavras. Mensagem maravilhosa, com destino certo, aos sete homens que poderão receber a eterna gratidão, não só dos homens maduros desta grande Pátria. Realmente, ao chegar em suas casas, devem ter sido recebidos por suas mulheres, filhos e netos. Estes devem ter demonstrado carinho, profundo respeito e eterna gratidão. Hélio de Almeida Campos, Atibaia.

Árvores

Agradecemos à Prefeitura de São Paulo — especificamente ao Sr. Nelson Bedini — administrador da Regional Butantã, pela presteza com que atendeu uma antiga reivindicação de retirada de árvores e alargamento da Rua Dr. Luiz Migliano, na altura do nº 2.050, via de acesso que estava abandonada há muitos anos e vitimou muitas pessoas. Morumbi — Lourival Honorato Vieira, Capital

Rússia

No dia 10 último assisti a entrevista do Jô Soares com a filha do candidato Roberto Freire, do PCB, que acabou de voltar da Rússia, onde estudou dança clássica durante três anos. Grande admiradora do pai, no início ela elogiou aquele país, mas no fim disse duas frases que não foram exploradas pelo apresentador: "...um povo muito sofrido ..." "... não pretendo voltar mais para a Rússia ..." O Brasil precisa mudar, o Nordeste precisa deixar de ser pobre, nosso salário mínimo é ridículo, mas a solução não está no comunismo de Freire, Lula e outros. Jenner Cruz, Capital

Articulista

Leio regularmente com prazer e proveito os artigos do jornalista Mauro Chaves no Estado do qual fui redator nos idos de 40. E também ouço o **Rádio Eldorado**, pois, como trabalho em casa, estou ligado a essa emissora das 10 às 19h. Admiro muito o articulista pela sua alta opinião e brilho. Mario Donato, Capital

Tancredo

Há cinco anos Tancredo Neves foi eleito para presidente, não por voto popular mas por vontade popular. Não tomou posse. Em seu lugar ficou José Sarney e o resultado todos nós conhecemos. E agora? A maioria dos eleitores desconhece até o nome do seu candidato a vice-presidente. E desconhece completamente o estado de saúde de seu candidato a presidente. Não devemos votar em outro Tancredo e acabar elegendo outro Sarney. Werner Kubelka, Niterói

Marília Pêra

No dia 12 de novembro (domingo) fui assistir ao espetáculo **Elas por Ela**, onde Marília Pêra não só dá uma aula de interpretação como de respeito e educação para com o público. O espetáculo tem início pontualmente no horário marcado. Não é permitida a entrada dos usuais retardatários que tanto perturbam aqueles que ainda observam certas regras de boa educação. Na saída, mais uma vez o respeito com o público prevaleceu. Marília nos convidou a guardar no teatro o término da passeata dos fervorosos petistas, ao contrário de outros atores, que muitas vezes fazem grande favor de representarem no palco para nossa diversão. Fernando Costa, Capital

"Saldos do escândalo"

Diante das publicações infestadas com fotografias sob o título **Saldos do escândalo**, na primeira e oitava páginas, de ontem, 08.11.89, presto estes esclarecimentos, para salvaguardar minha posição de cidadão e advogado, no legítimo exercício da profissão.

Como advogado do sr. Osmar Cassio Rossato e não da empresa Tertec, acompanhei meu cliente à 4ª Delegacia onde ele iria depor. Depois de já o haver apresentado para o mesmo fim à Autoridade Policial, que preside o inquérito, e não à entrada como foi noticiado, quando nos dirigíamos à rua após ter que ultrapassar uma barreira compacta de repórteres e cinegrafistas, no desem-

penho de suas respeitáveis profissões, informei-os, de passagem, não desejar o cliente prestar qualquer declaração, direito que lhe assistia. Em face dessa negativa, continuaram os profissionais o assédio, quando, no meio dos mais de 20 (vinte) degraus da escada de saída do 4º DP, fui atingido por pontapé e empurrão, o que provocou a minha queda, registrada pelas emissoras de TV ali presentes. Minha reação natural e imediata, ao levantar-me, foi, com minha pasta de trabalho, arremetê-la na direção de quem me havia, às minhas costas, atingido, propositalmente, assim evitando outras agressões. Celso Alves Feitosa, Capital

As cartas, ditilografadas, devem ser enviadas com assinatura, nome, endereço, telefone e número da carteira de identidade. A publicação dependerá única e exclusivamente do critério da redação, que se reserva o direito de resumilas. Não serão devolvidas as cartas não publicadas.

O ESTADO DE S. PAULO

Director Superintendente Francisco Mesquita Neto
Director Financeiro José Aparecido Lanzana
Director de Controle Antônio O. Scatolin
Director de RH/Rel. Institucionais Paulo de Tarso Nogueira
Director Júlio César Mesquita
Director Comercial Orlando Marques

VENDEAS DE ASSINATURAS — 831-1500
SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — 858-0222 (ATENDENTADO)
VENDE AVULSA — 857-0013 / 857-0481 / 857-2371 / 857-4170 / 857-7198
CLASSIFICADOS POR TELEFONE — 856-9922

Aeroporto — Av. Washington Luiz, 5.859 (Jumbó) Tel. 61-5271. **Conceição** — Rua da Consolação, 247, lojas 4 e 5 (Praça Des. Mário Pires). Tel. 257-4022. **Eldorado** — Shopping Center Eldorado 1ª Subsolo - loja 11 (alameda de serviços). — Av. Itaipuas, 3.870. Tel. 212-5692. **Faria Lima** — Shopping Center Iguaçu 2º andar. Av. Brig. Faria Lima, 1.191. Tel. 813-6078. **Itarajó** — Shopping Center Itarajó, 5º andar. Av. Itarajó, 2.255. Loja 48. Tel. 563-5205. **Lapa** — Shopping Center Lapa nível do estacionamento. Rua Cárter, 72. Tel. 282-9757. **Libero Badur** — Rua Libero Badur, 508. Tel. 38-9250. **Limão** — Av. Eng. Celso Alves, 55. Tel. 857-4611. **Morumbi** — Morumbi Shopping, piso superior. Av. Roque Petroni Jr. 1.089. Tel. 61-4966. **Paulista** — Shopping Top Center. Av. Paulista, 854. Tel. 289-1136. **Peixoto Gomide** — Rua Peixoto Gomide, 571. Tel. 284-1944. **Pinhos** — Rua Teodoro Sampaio, 2.150. Tel. 211-7008. **Santana** — Rua Alfredo Guedes, 40. Tel. 287-0347. **Tatuapé** — Rua Antônio de Barros, 398. Tel. 296-7882. **Vila Mariana** — Rua Domingos de Moraes, 2.035. Tel. 670-1240. **Bauru** — Av. Cruzeiro do Sul, 428. Tel. (0142) 23-9877. **Campinas** — Av. Francisco Glicério, 572. Tel. (0182) 31-4453. **Jundiaí** — Rua do Retiro, 18. Tel. 434-8063. **Ribeirão Preto** — Rua Marcondes Salgado, 28. Tel. (016) 634-3701. **Santo André** — Rua Gen. Glicéio, 717. Tel. 448-0938. **Santos** — Av. Cons. Nébias, 607. Tel. (0132) 34-8141. **São José do Rio Preto** — Rua Benjamin Constant, 3.807. Tel. (0172) 32-4175.

AGÊNCIA ESTADO. Director: Rodrigo Mesquita

SUCURSAS
ABC — Rua General Glicério, 717 - Centro - Santo André (SP) CEP: 09015. Telefone: (011) 440.86.88 -
11 4069. **BELO HORIZONTE** — Avenida Álvares Cabral, 1.162 - CEP: 30.170 - Telefone: (031) 275.21.43 / 275.12.92 / 275.25.45 - Telex: 81.172. **BRASILIA** - Setor Comercial Sul/SCS - Quadra 01 - Bloco "D" - Edifício J - 1º andar, sala 1519 - CEP: 70.306 - Telefone: (061) 226.65.05 - Telex: 51.100.61 / 101.4/61 1957 - Telefone: (061) 226.35.66 / 226.05.45 / 321.55.71. **CAMPINAS** — Rua General Osório, 971 - 2º andar - s/23 - CEP: 13.013 - Telefone: (019) 32.04.82 / 32.02.66 - Telex: 15.1015. **CURITIBA** - Avenida Silva Jardim, 1.139 - CEP: 80.230 - Telefone: (041) 223.58.44 - Telex: 41.82.66. **PORTO ALEGRE** - Rua General Andrade Neves, 1.001 - 12º andar - CEP: 90.010 - Telefone: (051) 262.69.78 / 24.42.13 / 24.76.03 - Telex: 51.11.03. **RECIFE** - Rua Bispo Cardoso Alves, 191 - CEP: 50.050 - Telefone: (081) 222.01.01 / 222.14.92 - Telex: 61.12.69. **RIO DE JANEIRO** - Rua da Quitanda, 3 - 8º e 9º andares - CEP: 20.011 - Centro - Telefone: (021) 224.61.91 - Telex: 21.231.251.2320. **SÃO PAULO** - Rua do Salvador - Av. Antônio Carlos Magalhães, 848, salas 203 e 205 - Edifício Max Centro - Itaipua - CEP: 40.950 - Telefone: (071) 350.350 / 359.352 / 359.3513. **PUBLICIDADE E ADMINISTRAÇÃO**, telefone: (071) - 359.5872 - **SANTOS** - Avenida Conselheiro Nébias, 607 - CEP: 11.050 - Telefone: (0132) 31.40.08/34.46.55/34.61.41/35.60.12 - Telex: 13.1143

PREÇOS OUTROS ESTADOS
RJ — MG — PR — Nc\$ 3,50 (dias úteis) e Nc\$ 7,00 (domingos).
ES — RS — SC — GO — MS — MT — DF — Nc\$ 4,50 (dias úteis) e Nc\$ 8,00 (domingo).
BA — SE — PE — AL — Nc\$ 5,50 (dias úteis) e Nc\$ 8,00 (domingo).
AM — AC — RR — CE — MA — PI — RN — PB — PA — RO — Nc\$ 6,50 (dias úteis) e Nc\$ 10,00 (domingo).